



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005431-56.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Nulidade / Inexigibilidade do Título**  
 Embargante: **All - América Latina Logística Malha Sul S.a.**  
 Embargado: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Vistos.

Rumo Malha Sul S/A opõe embargos à execução fiscal nº 1509890-78.2016.8.26.0566, que lhe move o Município de São Carlos e que tem por objeto a cobrança de ISS. Sustenta a embargante (a) nulidade da cobrança pela ausência de lançamento (b) nulidade da cobrança pela ausência de notificação da contribuinte quanto à inscrição em dívida ativa (c) pagamento.

Embargos recebidos com efeito suspensivo.

Impugnação oferecida, alegando-se (a) que o lançamento ocorreu por homologação, isto é, por intermédio de declaração feita pela própria contribuinte (b) que foi feita a notificação a propósito da inscrição em dívida ativa (c) ausência de prova do pagamento.

A embargante apresentou réplica, instruindo-a com documento.

Sobre o documento manifestou-se a embargada, constatando que a guia referente à CDA em execução foi gerada em duplicidade, por erro de escrituração do contribuinte.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC c/c art. 17, parágrafo único da LEF, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

**1005431-56.2017.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O STJ, órgão jurisdicional responsável pela uniformização na interpretação da lei federal, pacificou entendimento no sentido de que a simples entrega da declaração pelo contribuinte constitui o crédito tributário, como vemos na Súm. 436: "A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco."

Por tal razão, não tem fundamento a argumentação desenvolvida pela embargante no sentido de que seria necessário um processo administrativo de lançamento no caso em tela.

No mais, a notificação do contribuinte a propósito da inscrição em dívida ativa não constitui requisito previsto na legislação tributária para que seja exigível o imposto, lembrando que já há notificação anterior, relativa ao lançamento, e, no presente caso, a notificação é dispensável pois o próprio contribuinte faz a declaração e providencia a emissão da guia de recolhimento.

Prosseguindo, duas notas fiscais deram ensejo ao recolhimento de ISS no mesmo valor, de R\$ 673,60, quais sejam, as de nº (a) 36762, de págs. 77/78, emitida em 04.03.2013 (competência de 03.2013) (b) 37030, de págs. 79/80, emitida em 04.04.2013 (competência de 04.2013).

A embargante apresentou prova, às págs. 287/289, do recolhimento da segunda das notas fiscais acima, a de nº 37030. Essa prova diz respeito a essa nota fiscal porque o DAM – Documento de Arrecadação Municipal de pág. 289 é expresso ao indicar que o recolhimento é pertinente à "competência" de 04.2013.

Não há nenhuma dúvida de que esse pagamento não diz respeito ao imposto que está sendo cobrado na execução fiscal, isso já se conclui pelos vencimentos das guias. De fato, o ISS cobrado tem guia com vencimento em 25.04.2013, conforme fls. 36/38, e não em 25.05.2013, que é o vencimento da guia que foi recolhida, confira-se novamente fls. 287/289.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A embargante não comprovou, portanto, o recolhimento do ISS que está sendo cobrado na execução fiscal. Lembrando que a inserção, no corpo da petição inicial, às fls. 8, de um suposto comprovante de recolhimento, não faz prova segura, mesmo porque a figura está parcialmente ilegível.

Independentemente disso, lida a manifestação da prefeitura de fls. 294/308, nela se vê o reconhecimento de que essa primeira guia (competência de 03.2013) também foi paga, de maneira que a execução fiscal deve mesmo ser extinta.

Todavia, não deve haver a responsabilização da prefeitura pelas verbas sucumbenciais, porquanto ficou bem demonstrado nos autos que a embargante acabou por emitir duas guias, em duplicidade, para pagamento do imposto, relativas à mesma nota fiscal nº 36762: uma guia com o número 2387355 e que foi recolhida; outra guia com o número 2387359 e que não foi recolhida. Nesse sentido veja-se o que demonstrou a prefeitura às págs. 294 e ss. Quem deu causa à execução indevida foi a embargante, a emitir guia em duplicidade.

Ante o exposto, ACOLHO os embargos à execução para EXTINGUIR a execução fiscal pela falta de interesse processual, com fulcro no art. 485, VI do CPC, devendo a embargante responder pelas custas e despesas já recolhidas e deixando de condenar a embargada em custas, despesas e honorários.

Transitada em julgado, arquivem-se estes autos e, certificando-se, os autos principais.

P.I.

São Carlos, 27 de outubro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,**

**1005431-56.2017.8.26.0566 - lauda 3**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**